

07/02/2009 - 18h00

## **Dom Helder Câmara foi "maior figura política da história da Igreja no Brasil", diz Elio Gaspari**

da **Folha Online**

Dom Helder Câmara (1909-1999), que completaria 100 anos de vida hoje, 7 de fevereiro de 2009, notabilizou-se por sua atuação na ala progressista da Igreja Católica e por suas obras de caridade. E também por seu posicionamento inequívoco contra o regime militar: o religioso denunciou abertamente as violações e os crimes praticados pelos militares.

"Dom Helder era o símbolo mais visível e querido da Igreja Católica", define o jornalista e colunista da **Folha** Elio Gaspari. "A ação caridosa de d. Helder era apenas uma de suas características, talvez a menos importante, acessória à essência da personalidade que o transformou na maior figura política da história da Igreja no Brasil".

As afirmações acima estão no livro "**A Ditadura Escancarada (As Ilusões Armadas)**" (Companhia das Letras), segundo volume da premiada e celebrada série de quatro livros escritos por Gaspari sobre a construção e o desmanche da ditadura militar no Brasil. Conheça a série completa na Livraria da Folha.

No trecho do livro que pode ser lido abaixo, Gaspari analisa a relação entre a Igreja Católica e o exército, explica o significado da figura de dom Helder Câmara e relata o episódio de seu "exílio" forçado em Olinda, em 1964, levado à cabo pelos líderes mais conservadores da Igreja.

### **A soberba de Lúcifer**

Entre junho de 1964, quando o Cenimar prendeu Carlos Alberto Libânio Christo pensando que era o Betinho da AP, e novembro de 69, quando o Exército capturou frei Betto sabendo que era o Vitor da ALN, a Igreja e o regime fizeram o que lhes parecia possível para garantir uma convivência harmônica. Só não fizeram o que lhes era impossível. Nem o governo poderia permitir a mobilização da Igreja, nem ela poderia desmobilizar-se. Nesse antagonismo institucional, um via no outro a soberba de Lúcifer.

A ordem conservadora que se impôs em abril de 1964 correspondia aos desejos de uma poderosa facção da hierarquia e do clero católicos. Envolvida desde os anos 50 num processo de reavaliação que precedeu as grandes discussões do Concílio Vaticano II, a Igreja brasileira vivia tensões que eram a um só tempo típicas da sua estrutura e comuns à efervescência dos primeiros anos da Era de Aquarius. Vivia-se o pontificado de João XXIII, um camponês gordo, divertido e bondoso que despiu a Igreja das vestes regalescas de Pio XII, levando-a a repensar sua própria existência. Às vezes, aquelas tensões, diversas na origem, confundiam-se com o debate nacional. Esse era o caso da militância esquerdista de sacerdotes em organizações laicas como a AP ou evangelizadoras como a Ação Católica. Havia, porém, clivagens específicas, relacionadas com o ordenamento da burocracia eclesiástica, que pouco dependiam do cotidiano político. Nesse aspecto, era exemplar a atividade da Conferência Nacional dos

Bispos do Brasil, experiência "sem precedentes no direito canônico ou na história do catolicismo".<sup>1</sup>

Nascida nos anos 50, a CNBB fora reflexo precoce de inquietações do clero que haveriam de alterar o funcionamento da Igreja pós-conciliar. Na sua expressão mais simples, reorganizara a estrutura baseada na hierarquia centrípeta dos cardeais e abria espaço para uma outra ordem. Descentralizadora na base, oferecia a cada bispo recursos que lhe aumentavam a autonomia. Centralizadora, engendrara uma cúpula parlamentar que dava ao episcopado voz e púlpito para falar pela Igreja. Processo complexo por si mesmo, era quase inalcançável para um regime de inspiração militar e fé na hierarquia. A idéia segundo a qual cerca de 150 bispos pudessem dispor de autonomia em suas dioceses, sem dar contas ao cardeal, equivalia, para os militares desinformados dos mecanismos de funcionamento da Igreja, a uma situação em que o coronel de um regimento de infantaria não deve contas ao general comandante de exército. A noção de que o plenário da CNBB podia fixar linhas de ação sem que cada diocese lhe devesse obediência equivalia à existência de um comando incapaz de comandar.

A imunidade do clero aos expurgos coercitivos do regime era outro complicador para as relações entre a Igreja e a nova ordem. Os deputados socialistas, os coronéis do janguismo e os professores do Partidão estavam cassados, reformados e demitidos, mas os bispos de esquerda continuavam com suas mitras. Pior: os padres continuavam nas mesmas paróquias. Ambos dispunham da proteção institucional da estrutura eclesiástica. Se generais e burocratas do regime podiam agir em seus quartéis e repartições sem o estorvo da crítica de antigos oponentes ideológicos, o clero conservador estava obrigado a conviver com seus antagonistas, como se nada tivesse acontecido. A Igreja tornara-se a única instituição nacional a conservar dentro do seu organismo, na plenitude de seus direitos, personalidades publicamente adversas à nova ordem. Havia um clero de esquerda antes de 1º de abril de 1964 e continuaria havendo depois.

Dois remanejamentos eclesiásticos, ambos ocorridos dias antes da deposição de Goulart, alterariam o equilíbrio de forças na Igreja, em benefício do regime. O primeiro deu-se entre as treze e 16h30 do dia 7 de março de 1964. No início da tarde, o papa transferiu d. Helder Câmara, bispo auxiliar do Rio de Janeiro, para a diocese de São Luís do Maranhão. Depois de 27 anos de trabalho comum, suas relações com d. Jaime haviam-se deteriorado. O núncio apostólico tentara salvá-lo, mandando-o para Salvador, onde ficaria a um passo do barrete cardinalício, mas o cardeal Álvaro da Silva não o quis. O bispado maranhense era um exílio, somado a uma desclassificação. Às 16h30 chegou a Roma um telegrama com a notícia de que d. Carlos Coelho, jovem arcebispo de Olinda e Recife, acabara de morrer de choque anafilático, após uma cirurgia banal. Uma semana depois, d. Helder foi indicado para a sé de Olinda.<sup>2</sup> Para os conservadores, teria sido melhor vê-lo em São Luís, mas, de qualquer forma, estava fora da poderosa arquidiocese do Rio de Janeiro.

A magra figura de d. Helder, com 55 anos, sempre metida numa batina folgada, era o símbolo mais visível e querido da Igreja católica. Desde os anos 50 confundia-se com uma Igreja de alcance popular cujos contornos pioneiros demarcava. Erguera no Leblon um conjunto habitacional para favelados. Organizara a grã-finagem do Rio de Janeiro em torno da Feira da Providência, na qual as madames se punham a vender quitutes e as embaixadas a repassar bebidas importadas pela metade do preço (por conta da isenção

tributária de que gozavam). Patrocinou congressos de favelados, montou uma central de abastecimento de gêneros alimentícios e fundou um banco destinado a atender os pobres. No seu conselho curador estavam sobrenomes como os de Celina Guinle de Paula Machado (mãe de um dos empresários que financiavam o IPÊS) e Bento Ribeiro Dantas (dono da companhia aérea Cruzeiro do Sul, em cujas asas a conspiração contra Jango voava de graça).<sup>3</sup> Tornara-se um dos raros brasileiros homenageados com um sambinha de Carnaval, gênero mais fértil na crítica do que no louvor:

*Obrigado, reverendo.  
Deus lá do céu está vendo  
a nossa gratidão.*

A ação caridosa de d. Helder era apenas uma de suas características, talvez a menos importante, acessória à essência da personalidade que o transformou na maior figura política da história da Igreja no Brasil. Líder fascista nos anos 30, popularesco nos 50 e homem de esquerda para o resto da vida, foi acima de tudo um organizador da força do catolicismo. Passou de seminarista a bispo em 29 anos, sem cuidar de paróquia. Sob as peles rotas daquele João Batista houve um Paulo. O padre Helder ligado à Ação Integralista no Ceará fora a mola que fez da Liga Eleitoral Católica a grande vencedora das eleições de 1934 no estado. Seu slogan era "Um voto para a LEC é um voto para Nosso Senhor Jesus Cristo". Trazido para o Rio de Janeiro, reorganizou a Ação Católica Brasileira e trabalhou junto a Roma para a criação da CNBB. Lá, contava com um admirador e aliado entre os monsenhores que formavam a corte de Pio XII. Chamava-se Giovanni Battista Montini. Criada a CNBB, d. Helder ocupou sua secretaria geral por doze anos. Em 1964 ele era a um só tempo nome da estima do papa Paulo VI (seu amigo Montini, eleito havia um ano), encanto da esquerda católica européia, símbolo do apostolado dos humildes, poderoso articulador na CNBB e o mais popular dos sacerdotes brasileiros.

Para a nova ordem política brasileira, tinha o exato perfil de um problema. Pouco antes de seguir para o Recife, d. Helder encontrou-se com o general Castello Branco, em cujo rosto rolou uma lágrima quando lhe contou que sua mulher, morta no ano anterior, tinha o hábito de ouvir suas pregações.<sup>4</sup> No dia 11 de abril de 1964, diante da sé do Recife, onde acabara de ser sagrado arcebispo, advertiu: "Não confundamos a bela e indispensável noção de ordem, fim de todo o progresso humano, com contrafações suas, responsáveis pela manutenção de estruturas que todos reconhecem não podem ser mantidas".<sup>5</sup> Em Olinda, pela primeira vez desde sua ordenação, trabalharia sem a proteção da sotaina de um cardeal conservador. Se isso lhe dava liberdade de ação, também fazia dele um alvo mais fácil para os adversários que colecionara dentro e fora da Igreja.

O segundo remanejamento que alteraria o balanço do poder eclesiástico brasileiro ocorreu no dia 22 de março de 1964, quando o cardeal-arcebispo de São Paulo, d. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, aos 74 anos de idade, despachou uma carta ao papa pedindo que o dispensasse da função. Bisneto do visconde de Caeté, era ao mesmo tempo descendente da nobreza mineira do Primeiro Reinado e exemplar típico do cardinalato principesco. Defendia um clero palaciano, que evitasse disputas políticas públicas. Condômino do poder, tivera suficiente intimidade com o governador Adhemar de Barros para aconselhá-lo, em momentos de crise, na casa da amante.<sup>6</sup> Talvez tenha

sido o único (certamente o último) cardeal brasileiro a escrever ao presidente da República pedindo a promoção de um coronel a general-de-brigada.<sup>7</sup>

A saída de d. Helder do Rio e o nome do sucessor do cardeal Mota em São Paulo haveriam de favorecer o entendimento dos bispos com os generais. Em outubro de 1964, a CNBB reuniu-se em Roma. Formou-se uma maioria conservadora, derrubou-se d. Helder da secretaria geral, e defenestrou-se toda a sua equipe.<sup>8</sup> A ofensiva foi tão profunda que em dezembro o arcebispo de Olinda foi visitado por uma carta do Santo Ofício e teve de se defender da acusação de freqüentar um templo protestante, elogiar seus fiéis e criticar a devoção católica à Virgem Maria. O reverendo respondeu com amargura: "Pedi ao Menino Deus: que eu morra antes de causar uma apreensão justificada à Santa Sé".<sup>9</sup>

O conservadorismo colocou na presidência da CNBB o arcebispo de Ribeirão Preto, d. Agnello Rossi. Um mês depois, durante os debates da terceira sessão do Concílio, Paulo VI indicou-o arcebispo de São Paulo. Filho de um funileiro italiano, sacerdote de hábitos gentis e reputação de excelente administrador, Agnello Rossi recebeu com o pálio da sé paulista a oferta da liderança de um reordenamento conservador. Aos 51 anos, saído de um bispado sem expressão política, chefiava a maior arquidiocese do país e presidia uma CNBB sem d. Helder na secretaria geral. Tornou-se um operário do regresso. Com a ajuda da hierarquia tentou fazer que a Igreja coubesse dentro do projeto desmobilizador do regime. Diluiu a ação da CNBB, liquidou as organizações laicas da juventude católica e afastou-se do debate político.

**1** Ralph della Cava, "Política a curto prazo e religião a longo prazo - Uma visão da Igreja católica no Brasil". *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº- 1, julho de 1978, Rio de Janeiro, pp. 242-57.

**2** Candido Mendes de Almeida, maio de 1988. Para os fatos do dia 7 de março, Nelson Piletti e Walter Praxedes, *Dom Helder Câmara*, p. 292.

**3** Nelson Piletti e Walter Praxedes, *Dom Helder Câmara*, p. 250.

**4** D. Eugênio Sales, junho de 1987. O cardeal estava presente ao encontro.

**5** Correio da Manhã, 12 de abril de 1964.

**6** Octavio Frias de Oliveira, janeiro de 1998. No dia 5 de junho de 1966, Frias encontrou o cardeal no apartamento de Ana Capriglioni. Adhemar acabara de ser cassado e, padecendo de uma crise de asma, estava deitado no quarto.

**7** Carta de d. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota ao presidente Juscelino Kubitschek, solicitando a promoção a general do coronel José Maria de Moraes e Barros, de 22 de outubro de 1960. O general foi promovido em março, por Jânio Quadros. APGCS/HF.

**8** A vitória conservadora pode ser melhor medida quando se sabe que não só d. Helder não foi reeleito, como seu candidato, d. Fernando Gomes, foi derrotado na votação para preencher a primeira e a segunda vice-presidência da CNBB. Nelson Piletti e Walter Praxedes, *Dom Helder Câmara*, pp. 314-5.

"A Ditadura Escancarada (As Ilusões Armadas)"

Autor: Elio Gaspari

Editora: Companhia das Letras

Páginas: 544